

O ACESSO AO CRÉDITO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL: O CASO DO BANCO DO BRASIL

AUTORAS

JALUZA MARIA LIMA SILVA BORSATO

Faculdade Politécnica de Uberlândia

jaluza.silva@bol.com.br

SORAYA RABELO BORGES

Faculdade Politécnica de Uberlândia

sorayarb2004@yahoo.com.br

RESUMO

Uma das formas de promover a exclusão social é negar ao cidadão o acesso ao crédito. O objetivo geral deste trabalho é definir o que é crédito, microcrédito, desenvolvimento regional sustentável e conhecer o que tem sido feito para democratizar o acesso a ele. Para atender a tal objetivo foi feita uma pesquisa bibliográfica em livros, sites da internet, artigos em jornais e revistas especializadas. Sabe-se que o crédito assume importante participação no desenvolvimento de um país. Em qualquer uma de suas formas, ou seja, tanto para financiar o consumo de pessoas físicas, quanto para assistir o capital de giro de empresas ou financiar investimentos, o crédito está sempre relacionado com o desenvolvimento econômico e social. Portanto, a expansão da oferta de serviços financeiros aos pequenos negócios formais e informais é uma questão na pauta do governo, instituições de fomento, sociedade e sistema financeiro nacional. Faz-se importante conhecer os instrumentos que facilitam o acesso desses pequenos negócios a produtos e serviços financeiros, no intuito de se adequar demanda e oferta desses serviços para gerar emprego, reduzir a desigualdade e promover o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: crédito, microcrédito, desenvolvimento, sustentável, regional.

ABSTRACT

One of the ways to encourage social exclusion is to deny citizen admission to credit. The common objective for this work is to define what is credit, microcredit, development sustainable regional support and to know what has been done to democratize the admission to them. To achieve this objective, a bibliographic research will be made in books, internet sites, news paper articles and specialized magazines. Credit becomes an important participation in the development of a country, that is, both to support the consumption by the population at large as well as attend the cash flow of a company or give support to investments, credit is always included in the economical and social development. The expansion of financial assistance to the small businessman is a question in the list government's institutions for development, society and the national financial system. It is important to know the means that facilitate the access of these small businesses to financial services and products, with the intention of balancing the supply and demand of these services to create employment, reduce the inequality and to promote sustainable development.

Key words:: credit, microcredit, development, sustainable, regional.

1 INTRODUÇÃO

A oferta de crédito para as populações mais carentes é uma das formas de promover maiores oportunidades de inclusão econômica e social. Nesse aspecto, a metodologia de concessão deve levar em conta a realidade do público alvo.

Mais recentemente, como forma de buscar a inserção da população de menor renda no sistema financeiro, o governo Federal, através das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, está possibilitando o acesso ao crédito, de forma menos burocrática e por meio de operações que possuem taxas e prazos compatíveis com este público alvo.

O Banco do Brasil, como agente financeiro parceiro do governo, tem possibilitado a inclusão bancária através do microcrédito tanto para pessoas físicas quanto para empreendedores (pessoas físicas e jurídicas) de atividades produtivas de pequeno porte.

Este trabalho tem por finalidade avaliar como o Banco do Brasil, através da sua estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), tem favorecido a inclusão social por meio do crédito, juntamente com as parcerias estabelecidas. Assim, demonstrarão os princípios de atuação do DRS, os objetivos, as etapas da sua metodologia e casos que obtiveram êxito com a implantação da estratégia.

Por conseguinte, o tema tem importância relevante, porque mostra uma forma de visualizar as carências locais, oferecer possibilidades para auxiliar as regiões a se desenvolverem, envolvendo funcionários, organizações e indivíduos tanto da iniciativa pública quanto privada, no intuito de reduzir as disparidades regionais, através da geração de emprego e renda de forma sustentável.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de apresentar uma breve revisão de literatura sobre os sistemas de *crédito, microcrédito e desenvolvimento sustentável*.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Este trabalho foi realizado no Banco do Brasil S.A, uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, tendo por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Desenvolver de forma sustentável é um desafio que requer a elaboração de ações voltadas para o atendimento às necessidades essenciais da humanidade, respeitando-se as limitações do ambiente e as gerações futuras, considerando-se igualmente os aspectos socioculturais, econômicos e políticos. É importante o surgimento de iniciativas governamentais voltadas para um desenvolvimento econômico sustentável, capazes de gerar riquezas e melhoria da qualidade de vida e ao mesmo tempo promover o equilíbrio social e impedir a degradação ambiental.

O Banco do Brasil exerce um papel relevante e atua como agente articulador e impulsionador desse processo, uma vez que é conhecedor das características das regiões brasileiras e detém uma rede de atendimento de grande capilaridade e com capacidade de mobilização.

Como empresa parceira do governo, o Banco do Brasil elaborou uma estratégia comercial de atuação, com foco em Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), como forma de catalisar as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades, no sentido de superar as dificuldades e carências e promover o desenvolvimento não apenas de uma, mas de todas as etapas de uma atividade produtiva. Essa medida visa implementar uma nova forma de

atuar junto a comunidades localizadas em regiões carentes, buscando mobilizar os agentes econômicos, políticos e sociais para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Com isso, pretende também promover a geração de trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando-se as características locais, de natureza econômica, social, ambiental, institucional, política e cultural.

Diante disso, o presente trabalho tem por finalidade avaliar como o Banco do Brasil, através da sua estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), tem favorecido a inclusão social por meio do crédito, juntamente com as parcerias estabelecidas. Assim, demonstrarão os princípios de atuação do DRS, os objetivos, as etapas da sua metodologia e casos que obtiveram êxito com a implantação da estratégia.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir do referencial teórico, pretendeu-se conhecer os conceitos, características e principais diferenças entre o crédito e o microcrédito, além de entender a importância do tema para o desenvolvimento regional sustentável e a inclusão social.

3.1 Crédito e Microcrédito: conceitos e características

A palavra crédito, dependendo da situação, pode ter vários significados.

Originada do verbo latino “credere” (crer, acreditar, confiar), tem, em sentido amplo, o significado de confiança, boa reputação. Num sentido restrito e específico, crédito consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento. Em um banco que tem a intermediação financeira como sua principal atividade, o crédito consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recursos), certo valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento numa data futura. Na verdade, o banco está comprando uma promessa de pagamento, pagando ao tomador (vendedor) um determinado valor para, no futuro, receber um valor maior. (SILVA, 2003, p.63)

De acordo com Parente (2002, p.14) “Está embutida no conceito a idéia de que o tomador do dinheiro merece a confiança do emprestador, pois a transação não aconteceria sem o pressuposto de que a soma será devolvida acrescida de juros no prazo estabelecido entre as partes.”

As microfinanças se orientam para o desenvolvimento de produtos financeiros adequados e acessíveis à população excluída do sistema financeiro tradicional. Entre os diversos produtos microfinanceiros, encontra-se o microcrédito, que, neste contexto, será entendido como um instrumento para o financiamento de microempreendimentos formais e informais, tal como se passa a analisar.

Como relata Parente (2002, p. 14) “O prefixo grego micro significa pequeno. Quando conjugado à palavra crédito, assume a conotação de crédito de pequena monta.”

Muitas pessoas vêem o microcrédito como um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos de valores relativamente pequenos a empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional.

Entretanto, o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos a forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador. Estes constituem os campos mais amplos das microfinanças, que se pode definir como a prestação de uma gama de serviços financeiros (microcrédito, poupança, seguros,

serviços bancários) adequados e sustentáveis para a camada da população de baixa renda. (PARENTE, 2002, p.14)

Além disso, o conceito de microcrédito também engloba a idéia de adequação ao público-alvo, o que estabelece uma formatação específica para a clientela em termos de oportunidade e facilidade de acesso ao crédito, valores compatíveis com a necessidade e capacidade de pagamento dos tomadores. Do lado das instituições que emprestam, o microcrédito engloba as noções centrais de sustentabilidade, que está relacionada com permanência, continuidade, segurança e viabilidade das operações.

Na prática, trata-se de uma nova configuração da tecnologia de administração de risco, inerente ao ato de emprestar. Quem empresta precisa confiar em quem toma emprestado, precisa ter certeza que o dinheiro vai ser devolvido. Quem toma emprestado por sua vez, precisa confiar na permanência da instituição, que continuará a lhe prestar serviços financeiros se o tomador provar que, com o bom uso do dinheiro será capaz de pagar. (PARENTE, 2002, p.14)

O microcrédito não quer dizer doação, filantropia nem transferência de renda. O conceito é contrário à idéia de assistencialismo, porque se trata de uma nova relação de confiança, mais duradoura, adequada e viável entre tomador e a organização financeira, seja ela governamental, privada ou da sociedade civil. Desta forma, torna-se parte essencial das políticas de desenvolvimento, haja vista a sua influência na democratização do acesso ao crédito. Além disso, faz com que o crédito seja disponibilizado para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-lo em riquezas tanto para eles próprios quanto para o país. Portanto, trata-se de uma importante ferramenta no processo de combate à pobreza, na medida em que o acesso ao crédito produtivo contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações mais carentes, gerando, assim, ocupação, emprego e renda.

Em Bangladesh, país que se localiza ao sul da Ásia, um dos países mais pobres do mundo, surgiu a experiência responsável por difundir o conceito de microcrédito, tornando-se a mais conhecida internacionalmente.

Tudo começou quando o professor de economia Muhammad Yunus, morando em Chittagong, a maior cidade do país depois da capital Daca, indignado com a fome de 1974, que fez centenas de milhares de vítimas em Bangladesh, resolveu estudar o funcionamento da economia fora dos corredores acadêmicos. Ao perceber a pobreza que havia ao redor da universidade em que lecionava, notou que a teoria econômica não havia sido elaborada para ajudar a enfrentar o problema.

O professor se sensibilizou com a tragédia que via e agiu para mudar. Para isso, teve que mudar radicalmente tudo o que tinha aprendido e inventar um novo sistema de crédito, diferente dos livros, ou seja, um banco que chegasse a quem precisa de dinheiro, e não a quem já tem dinheiro.

Conforme relata Yunus (2000, p.23) “Infelizmente não havia nenhuma instituição financeira capaz de satisfazer as necessidades dos pobres em matéria de crédito”. A experiência o inspirou a criar o Banco Grameen, que foi fundado em 1976, e vem ajudando milhões de pessoas pobres de Bangladesh a aumentar a produtividade de seus empreendimentos e a elevar a sua qualidade de vida.

O crédito concedido pelo Banco Grameen, entretanto, não acontece da forma convencional adotada pelo sistema financeiro, foi desenvolvida uma metodologia própria para a sua clientela. O Banco Grameen constituiu uma referência para a comunidade internacional de microcrédito, e o seu modelo já foi reproduzido em vários países. Além dele, existem

outras experiências internacionais de microcrédito que merecem ser citadas, como, por exemplo, a experiência da Indonésia. O Bank Rakyat Indonésia/BRI é uma instituição pioneira na prestação de serviços financeiros às populações de baixa renda, que opera exclusivamente através de empréstimos individuais. É um banco estatal que, em razão de sua rentabilidade adquirida na prestação de serviços microfinanceiros, passou por mudanças na sua estrutura, e começou a operar simultaneamente como dois bancos. Isso porque atua como banco de desenvolvimento para a concessão de empréstimos a grandes empresas, normalmente estatais, e também como banco popular direcionado para o mercado de massa. (BARONE, Francisco Marcelo et al, 2002, p. 14)

Outra experiência relevante é o Banco Solidariedade S.A que surgiu na Bolívia. O microcrédito surgiu no país com uma abordagem social, e adquiriu um caráter empresarial com o passar do tempo. Teve início em 1986, através da Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa, uma organização não governamental sem fins lucrativos. As doações feitas por organizações internacionais, governo e empresários locais possibilitaram a obtenção de capital inicial para as operações. (BARONE, Francisco Marcelo et al, 2002, p. 14)

A experiência abriu caminho para o surgimento, em 1992, do primeiro banco comercial em bases lucrativas focado exclusivamente em microcrédito denominado BancoSol, que concede créditos tanto para a produção quanto para o consumo. (BARONE, Francisco Marcelo et al, 2002, p. 14)

O microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendimento informal e a microempresa, ou seja, está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciado por pessoas de baixa renda, sendo importante ressaltar que raramente se destina a financiar o consumo.

Além da característica acima, o Serviço Brasileiro de Apoio à Microempresa e Pequena Empresa (SEBRAE), aponta, ainda, que os financiamentos concedidos pelas instituições de microcrédito geralmente são compatíveis com as necessidades do negócio e a sua capacidade de pagamento, sendo que, nas renovações de crédito, os valores poderão ser crescentes, as taxas de juros geralmente são as praticadas no mercado, as garantias exigidas pelas instituições de microcrédito são as mais simples, e de acordo com as condições dos pequenos empreendimentos.

Dessa forma, as solicitações de garantias reais (patrimônio) são raras, de forma que as formas mais praticadas são o aval solidário (grupo de pessoas que tomam crédito e prestam aval solidariamente) e o aval individual, esse geralmente representado por um avalista ou pessoa conhecida.

Os prazos de pagamento geralmente são curtos e sempre ligados à finalidade do financiamento e ao fluxo de caixa da atividade empresarial, como por exemplo, o financiamento de Capital de Giro, de acordo com o giro das mercadorias ou da produção e comercialização. Nos casos de investimentos em máquinas, os prazos poderão ser mais longos na medida da capacidade de retorno financeiro do investimento.

Os prazos para a liberação dos recursos variam de instituição para instituição, contudo, o crédito é muito rápido, pois se busca permitir que o cliente aproveite a oportunidade de negócio.

Exigências de documentos e de outras burocracias dependem de normas de cada instituição, devendo-se ter em mente que o microcrédito é caracterizado pela simplicidade e agilidade na análise, aprovação e liberação dos recursos.

Sistematicamente, o Agente de Crédito visita o empreendimento financiado e acompanha a aplicação dos recursos e o desenvolvimento do negócio, sendo que, nessa

ocasião, o empreendedor poderá receber orientação quanto às práticas básicas para uma boa administração dos recursos e do negócio.

3.2 Principais diferenças entre o crédito e o microcrédito

CRÉDITO	X	MICROCRÉDITO
Microfinanceira		Financeira tradicional
Visa a sustentabilidade.		Visa apenas o Lucro.
Prioriza operações de pequena monta.		Prioriza operações de maior vulto.
O crédito é ferramenta de política social.		Não considera as funções sociais do crédito
Trâmite ágil e com poucas formalidades.		Trâmites longos e burocráticos quando clientes não são correntistas.
Terminologia e atendimento acessíveis à clientela-alvo.		Terminologia e atendimento técnicos.
Enfatiza o desenvolvimento de rede de apoio mútuo entre empreendedores.		Operações individuais e estanques.
Juros refletem os custos operacionais.		Juros e taxas condizentes com infra-estrutura pesada e alta tecnologia.
Confiança com ativo social e garantia		Exigência de garantias reais.
Avaliação do tomador ponderada pelas características do empreendedor, de sua atividade e garantias disponíveis.		Avaliação do tomador ponderada por informações contábeis, planos de negócios e liquidez das garantias.
Instituição procura o cliente (agentes de crédito).		Cliente procura o banco.
Relação contínua; agente de crédito como elo de ligação permanente entre cliente e instituição.		Transação em fases descontínuas; concessão, acompanhamento, cobrança por diferentes funcionários.

Figura 1: Características diferenciadoras do crédito e microcrédito

Fonte: PARENTE, 2002, P.32

3.3 Desenvolvimento Regional Sustentável

O desenvolvimento associado ao conceito de sustentabilidade é um tema que coloca em discussão a criação de mecanismos eficazes, para se associar crescimento econômico à inclusão social e respeito ao meio ambiente. Não existem soluções fáceis ou prontas. Muito pelo contrário, tem muito a ser elaborado e aperfeiçoado.

Conforme assunto abordado na revista PROFI (2005), o conceito de desenvolvimento sustentável reúne intenso, mas ainda pouco amadurecido debate em torno de questões ambientais e de impactos resultantes de atividades econômicas. O tema estimula a procura de novos significados para a idéia-chave de desenvolvimento, contextualizando-a nas circunstâncias históricas do mundo de hoje.

Não existe unanimidade sobre como implantar propostas para resolver as questões relativas ao desenvolvimento sustentável. É preciso, porém, antes de tudo, delimitar os sentidos presentes na expressão Desenvolvimento Regional Sustentável.

Ao romper o ciclo vicioso imposto pela visão economicista, que define desenvolvimento a partir de modelos de países do chamado Primeiro Mundo, vislumbra-se um caminho que equilibra a tensão entre características locais brasileiras e a inserção do País no cenário mundial. Desta forma, desenvolvimento deixa de ser sinônimo de crescimento econômico, entrando em cena outros valores necessários ao bem estar das comunidades.

Surge assim, um conceito que busca traduzir a acumulação de bens simbólicos e não materiais: o capital humano, social, natural e empreendedor, representando,

respectivamente, conhecimento, nível de organização, condições físico-territoriais e capacidade de gerar renda.

O conceito de desenvolvimento sofreu uma evolução significativa nas últimas décadas. Primeiramente abandonou-se o conceito de crescimento econômico, aquele que nos dizia que bastaria um país acumular riqueza que o bem estar estaria garantido para todos. A história econômica dos países que atingiram altas taxas de crescimento demonstrou que a simples acumulação de capital produtivo e bens não seriam suficientes para que a democracia econômica fosse atingida espontaneamente. (MEREGE, 2005)

A citada revista PROFI (2005) conceitua desenvolvimento, além do crescimento econômico, engloba também no conceito os aspectos da capacidade empreendedora para a geração de renda, por meio da organização das comunidades do conhecimento que elas constroem, visando impulsionar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Empreendedorismo, organização e conhecimento que também se ocupam das questões ambientais e do uso adequado e racional dos recursos naturais.

A palavra regional é entendida como o espaço sócio-territorial com potencialidades dinâmicas de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, o que torna secundários os aspectos geográficos ou políticos administrativos. Neste contexto, ganha destaque o aspecto cultural, que identifica e singularizam as populações, retomando a histórica, as tradições e valores como elementos primordiais e determinantes de uma comunidade.

E comunidade é aqui entendida como um espaço reconhecível - no lugar da difusa sociedade civil-, enfatizando-se o sentido de fortes laços de identificação dentro do grupo social. Por conseguinte, pensar universalmente e atuar localmente torna-se assim, a tônica das ações.

Segundo Parente (2002, p.127) “O desenvolvimento local surge, pois, como exercício prático do novo paradigma de desenvolvimento humano, na medida em que apresenta alternativas de inserção econômica e social, assim como de sustentabilidade ambiental e política.”

O conceito de sustentabilidade pressupõe um sistema que adquire características autocriativas e que se mantém ao longo do tempo. Engloba a tríplice visão do economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Nesse aspecto, estão envolvidos os elementos culturais, políticos e institucionais, interagindo entre si. Nessa interação, os elementos acabam sendo fatores geradores de tensões e conflitos a serem enfrentados e conciliados junto às comunidades e agentes locais.

Como síntese, podemos conceber o conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável como “aquele que leva à construção de comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade”. FRANCO (*apud* PROFI, 2005, p.20)

4 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se por ser descritivo, com abordagem predominantemente qualitativa, através de um estudo de caso.

Sobre o estudo de caso, Gil (2002, p.54) afirma que o mesmo “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Hoje, é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2001).

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa bibliográfica em livros, sites da internet, jornais e revistas especializadas.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

O Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) – Banco do Brasil

A estratégia DRS vem sendo implementada pelo Banco do Brasil em diversos lugares do país, com a finalidade de desenvolver localidades de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, critérios estes que baseiam o conceito de sustentabilidade.

Observa-se, ademais, que para a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável realmente funcione é preciso que seja impulsionada pelo processo que integra uma ação conjunta de agentes das esferas federal, estadual e municipal, da sociedade civil e do meio político, empresarial e religioso, entre outros, em prol de ações que permitam um salto de qualidade nas condições de vida e nos indicadores de desenvolvimento locais. Esse processo denomina-se “conservação”. Isso será possível apenas se tiver como base o envolvimento dos agentes internos da empresa, assim como uma liderança orientada para os objetivos, o empenho voltado para o desenvolvimento das atividades e a visão geral dos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que caracterizam a região envolvida no processo. Proporcionando assim, uma nova forma de fazer negócios relacionando o ambiente, os agentes que dele fazem parte e as forças sociais existentes no contexto.

Faz-se importante salientar que a estratégia negocial DRS não tem caráter assistencialista ou de voluntariado. Isso porque, as atividades apoiadas devem ser economicamente viáveis, o que significa haver mercado para o produto ou serviço produzido.



Figura 2: DRS - Conservação

Fonte: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/ap111.pdf>

O Desenvolvimento Regional Sustentável tem como principais objetivos: democratizar o acesso ao crédito (bancarização), gerar trabalho e renda (capital empreendedor), estimular e aperfeiçoar a capacidade de organização social (capital social), fortalecer e aprimorar a atividade produtiva (capital humano, social, natural e empreendedor).

A metodologia da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável propõe uma tipologia de organizações produtivas em rede. Esta tipologia possibilita a criação de parâmetros que facilitem a identificação e diagnóstico das comunidades. Nesse sentido, recomendam-se estágios diferenciados de organização e produção comunitária, que envolvam níveis de interação, cooperação e compartilhamento de conhecimentos. Considerando assim:

- Aglomerados: atividades correlacionadas numa comunidade, com vínculos poucos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem;
- Arranjos Produtivos Locais: aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentem vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem;
- Cadeia ou sistemas produtivos: conjuntos de aglomerados e arranjos produtivos locais, formando redes complexas, com altos índices de articulação, cooperação e aprendizagem, sem limitação territorial.

Dentre os níveis de organização comunitária, existem as comunidades não organizadas, que são aquelas que não têm experiência em trabalhos comunitários, possuindo pouca motivação e/ou baixo nível de conscientização para essas atividades. Por outro lado, as comunidades em organização estão motivadas e conscientes para as atividades comunitárias, precisam de aperfeiçoamento, pois não têm iniciativa própria suficiente para identificar com clarezas as suas potencialidades e dificuldades, bem como buscar soluções para os seus problemas sem a interferência de terceiros. Por último, têm-se as comunidades organizadas, que se caracterizam pela existência de entidades formalmente constituídas, representativas e atuantes, com capacidade gerencial e trânsito junto aos órgãos governamentais. Além disso, possuem bom nível de motivação e conscientização para os trabalhos comunitários.

A metodologia DRS envolve também as seguintes etapas:

1) Informações Locais

Buscar informações locais através do conhecimento sobre o mercado e sobre a dinâmica social da comunidade e da região.

2) Seleção da Atividade Produtiva

É uma referência ao processo técnico de escolha da atividade produtiva a ser desenvolvida, em conjunto com a comunidade, com o objetivo de alcançar o Desenvolvimento Regional Sustentável.

A atividade produtiva será selecionada de acordo com as vocações locais e respeitando o tripé da sustentabilidade, ou seja, economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, além de se observar a diversidade cultural. Deve ser considerado também, o potencial do negócio e do mercado, assim como o nível de organização dos envolvidos na atividade produtiva.

3) Formação da equipe de trabalho

A equipe de trabalho que conduzirá as ações será formada pelo gerente da agência, que coordenará os trabalhos, e outro funcionário por ele indicado para trabalhar com DRS, por representante da atividade produtiva escolhida, lideranças informais e representantes de entidades que possam contribuir no desenvolvimento das atividades, tais como: órgãos estaduais e federais que atuem ou venham a atuar na atividade produtiva escolhida, organizações não governamentais, órgãos e instituições de apoio ao negócio, como, por exemplo, SEBRAE, SENAC, SENAI, SESI, SESC, entidades de classe (sindicatos), movimentos sociais e religiosos, cooperativas, associações, conselhos e fóruns, instituições de

crédito e de outras fontes de financiamento, prefeitura municipal e órgão/empresas de assistência técnica e extensão rural.

4) Diagnóstico

O diagnóstico será elaborado através da consolidação das informações obtidas no levantamento de informações econômicas, sociais e ambientais da atividade produtiva selecionada (negócio) e dos intervenientes, realizado pela Equipe de Trabalho DRS, visando diagnosticar as dificuldades e identificar as potencialidades, vantagens competitivas, ameaças e oportunidades da atividade produtiva escolhida.

5) Plano de Negócios DRS

O Plano de Negócios irá conter as propostas de ações efetivas e factíveis, escolhidas a partir da análise do diagnóstico da atividade produtiva escolhida. Essas ações serão elaboradas, negociadas e implementadas pelos diversos intervenientes da atividade produtiva. Assim, o plano de Negócios será capaz de orientar o desenvolvimento da atividade produtiva.

6) Metodologia de Análise

Depois de finalizado o diagnóstico e o plano de negócios, serão realizados a análise técnica da viabilidade econômica, social e ambiental da atividade produtiva escolhida.

7) Implementação

Ao receber o resultado da análise, serão tomadas as providências concretas, que levarão à prática o Plano de Negócios DRS, que foi conduzido pela Equipe de Trabalho. Portanto, será feito o planejamento para a implementação das ações. A equipe de trabalho se reunirá periodicamente para avaliar os parâmetros estabelecidos, tais como metas, prazos, indicadores de resultado e outros.

8) Monitoramento e avaliação

O monitoramento faz parte do acompanhamento do DRS, tem por objetivo gerenciar o processo (verificação do andamento das fases de desenvolvimento da estratégia que são constituídas pela escolha da atividade produtiva, formação da equipe de trabalho, elaboração do diagnóstico, plano de negócios, etc.), o plano (acompanhamento da execução das ações programadas), a carteira (monitoramento da qualidade dos créditos concedidos).

A avaliação também faz parte do acompanhamento do DRS, que visa aferir o resultado obtido, além de verificar quais são os benefícios gerados em relação à qualidade de vida das pessoas diretamente envolvidas à atividade produtiva trabalhada.

O diagnóstico e o Plano de Negócios DRS não devem ser entendidos apenas como demanda por crédito, mas sim, considerados como ferramenta para indicar a realidade e as possibilidades de implementação das ações, dentro de um contexto de mercado, com visão de curto, médio e longo prazos.

Torna-se importante para o funcionário que participa das atividades de DRS ter visão ampla da realidade, capacidade para articular a interação entre a comunidade e os diversos agentes. Além disso, faz-se necessário ter um perfil de liderança e negociação, assim como se deve demonstrar iniciativa e agir com flexibilidade e de forma proativa, segura, sendo assertivo nos argumentos. Deve ter uma conduta democrática, agir com transparência e princípios éticos.

Para propiciar a consecução dos objetivos definidos, será extremamente importante a atuação dos gerentes das agências do banco. Isso porque, o espaço de implementação das ações proporcionado ao funcionário será amplo e efetivo, se tiver a coordenação, articulação e acompanhamento das atividades produtivas pelos gerentes das agências.

O trabalho DRS começou a sua atuação nas regiões Norte e Nordeste, vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), vale do Mucuri (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo), vale do Ribeira (São Paulo) e municípios da Bacia hidrográfica do Rio Itabapoana (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), áreas essas priorizadas em função dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

É importante ressaltar que, em 2004, mais de 16 mil empreendedores foram beneficiados. Foram mobilizadas 426 agências do Banco do Brasil para efetivar a atuação da estratégia DRS. Por ser uma estratégia inovadora, os fatores educação e capacitação são determinantes para viabilizar o processo. Para tanto, foram treinados 1.270 funcionários, 497 atividades estão em andamento e 120 já foram aprovadas.

Em 2005, pretende-se mobilizar mais mil novas agências, com o treinamento de 2.200 funcionários.

No ano de 2004, a DRS foi implantada em 920 municípios das áreas definidas e beneficiou cerca de 184.400 famílias. Já para 2005, há uma expectativa de se atingir 1.800 municípios e atender 376.000 famílias.

A estratégia de DRS preconiza diferentes estágios de desenvolvimento. Enquanto que em algumas localidades os trabalhos encontram-se em fase de estruturação de equipes, em outras já estão sendo implementadas as ações constantes do Plano de Negócios DRS aprovado.

A seguir, alguns casos de sucesso, que foram citados pela revista PROFI (2005):

Casos de Sucesso		
Local	Características	Ações Desenvolvidas
Icoaraci – PA	Para implementar as ações do Desenvolvimento Regional Sustentável, que abrange o município de Belém, mais propriamente o distrito de Icoaraci, foi escolhido como atividade o artesanato em cerâmica, já que a região é tradicional na produção e divulgação das artes e culturas tapajônica e marajoara. O Plano de Negócios DRS aprovado beneficia 450 famílias e tem vários parceiros, como: Cooperativa dos Artesãos de Icoaraci (SOAMI), Conselho Superior do Artesanato do Estado do Pará (COSAPA), Liceu de Artes e Ofícios, SEBRAE (PA) e Prefeitura Municipal de Belém (Distrito de Icoaraci).	Capacitação dos artesãos em marketing e vendas, empreendedorismo, associativismo e cooperativismo; Titularização dos terrenos das olarias; Aquisição de 30 tornos elétricos, construção e reforma de 15 fornos a lenha, reforma de 15 galpões de produção; Instalação de uma central de processamento de argila (matéria-prima); Sinalização da área de artesanato e credenciamento dos artesãos na companhia Paraense de Turismo (PARATUR).
José de Freitas – PI	A avicultura foi a atividade escolhida pela agência José de Freitas, uma vez que esta atividade é tradicional na região e irá beneficiar 216 famílias	Prevêem ações como alfabetização, a capacitação técnica dos produtores e a formação para apoio à gestão de propriedade. Teresina, a capital do Estado, e José de Freitas são os municípios envolvidos no Plano de Negócios DRS sob a coordenação da agência.
Parnamirim – RN	O artesanato foi a atividade escolhida pela agência e beneficiará 50 famílias.	Alfabetização, inclusão digital, incentivo ao associativismo, capacitação em <i>design</i> e reforma de instalações são algumas das ações do Plano de Negócios DRS aprovado. O projeto está sendo implementado em parceria com a Prefeitura Municipal, Associação dos Artesãos de Junco, SEBRAE-RN e Fundação Banco do Brasil.
Quixadá – CE	A ovinocultura foi a atividade escolhida. Abrangendo os municípios de Quixadá,	Organização dos produtores em associação/cooperativa; instalação de

	Quixeramobim, Banabuiú, Choro e Ibaretama (CE), o Plano de Negócios DRS beneficia 800 famílias. A implementação do projeto se processa em parceria com Banco Nordeste, Prefeitura Municipal de Quixadá, SEBRAE, Fazenda Chorolândia, Associação Comercial e Industrial de Quixadá, Associação Municipal de Bo'agua, Sindicato dos trabalhadores Rurais de Ibaretama, Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Ceará – SINTACE, EMATERCE.	curtume; instalação de indústria para aproveitamento do leite de cabra; organização do setor de transportes dos produtos; informatização do controle de transportes; reforma da feira de comercialização local; elaboração de estratégia de promoção dos produtos; capacitação dos produtores em gerenciamento de produção e em práticas de manejo, alimentação e melhoramento genético dos rebanhos.
Caicó – RN	A meta da principal estratégia DRS, em Caicó, é fazer com que os belos bordados em tecido que tornaram a região conhecida por todo o Brasil também passem a integrar a pauta de exportações do País. A fama dos trabalhos, aliás, já alcançou outros continentes. Na agenda das bordadeiras estão programadas, em 2005, novas participações em feiras internacionais, atividade que já está se tornando rotina para as artesãs do Seridó.	De acordo com Arlete Silva, bordadeira há mais de 20 anos, o aprimoramento da atividade do bordado na região já criou uma situação inusitada: em muitos lares de Caicó, a mulher já é o arrimo da família, dada a escassez de empregos formais para muitos maridos. Os DRS dos bordados em tecido se desdobram em 17 ações – treinamento para exportação, reforma de instalações das associações dos artesãos, entre outras - e já beneficia cerca de 350 famílias. A meta é alcançar outras 350 em médio prazo. O impulso virá com a definição de novos mecanismos de crédito adequados à atividade

Figura 3: Casos de sucesso de implantação DRS

Fonte: PROFI, 2005

O Banco do Brasil e sua estratégia DRS estão alinhadas com o conceito de sustentabilidade apresentados, uma vez que têm o foco em um modelo de negócio que objetiva o desenvolvimento sustentável a partir de uma lógica econômica que catalisa as potencialidades regionais e promovem o desenvolvimento da região, observadas as questões sociais e ambientais. As atividades apoiadas são economicamente viáveis, o que significa haver mercado para o produto ou serviço produzido.

Os casos de sucesso refletem o conceito, pois promovem o desenvolvimento das comunidades, gerando renda com responsabilidade ambiental, além de propor soluções para o desequilíbrio social a partir das características territoriais e culturais de cada uma das comunidades. Possibilitando assim, melhoria de qualidade nas condições de vida e nos indicadores de desenvolvimento locais. A estratégia DRS atua para unir os diversos elos da cadeia produtiva local

Com relação aos agentes internos, antes de tudo, faz-se necessário uma sensibilização para a amplitude do conceito de DRS e inclusão social.

6 CONCLUSÃO

Nesse trabalho, foi abordado um assunto de extrema importância, uma vez que o crédito voltado para a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável trouxe aos excluídos do sistema financeiro a oportunidade de ter acesso ao denominado microcrédito o qual, quando bem implementado, torna-se importante instrumento de inclusão social e combate à pobreza.

Tanto é relevante o assunto, que a ONU promulgou 2005, o Ano Internacional do Microcrédito, e o professor Muhammad Yunus, idealizador e realizador de uma

experiência pioneira de *microcrédito* que ficou conhecida no mundo todo, e rendeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006 que dividiu com o Grameen Bank ^[3], em 2006.

Recentemente, o Banco do Brasil alterou a sua missão, o que na prática, significa dizer que não pode nem vai perder o seu foco mercadológico, de empresa lucrativa e competitiva. Mas ao mesmo tempo, deve cumprir cada vez mais o seu papel de agente do desenvolvimento econômico e social.

Neste contexto, a presente pesquisa abordou a estratégia de desenvolvimento regional sustentável, que é conclusiva no sentido de que o Banco do Brasil muito tem feito para desenvolver ações na esfera do microcrédito voltado para a atividade produtiva, demonstrando a sua preocupação com o desenvolvimento do país.

Dentro deste panorama, o Banco do Brasil se fundamenta na busca da viabilidade econômica, na justiça social e na sustentabilidade ambiental das comunidades.

A metodologia DRS, primeiramente, busca as informações locais, escolhe a atividade produtiva respeitando as vocações da região, forma a equipe de trabalho, elabora o diagnóstico, monta o Plano de Negócios DRS, depois é feita uma análise da viabilidade, para que seja possível implementar a estratégia, que será periodicamente avaliada e monitorada. Nesse contexto, a participação do Banco se dará em ações específicas para diferentes potencialidades regionais, tais como gerar trabalho e renda; promover o acesso ao crédito; estimular e aperfeiçoar a capacidade de organização social (associativismo e cooperativismo); desenvolver as atividades produtivas, agregar valor aos produtos e serviços; promover a inclusão social e a inserção das pessoas no mercado de trabalho, da produção e do consumo; e disseminar a cultura empreendedora.

Faz-se necessário salientar que essa nova forma de fazer negócio para ter êxito, depende da ação conjunta que une agentes das esferas federal, estadual, municipal, funcionários, organizações, políticos, empresários, entidades religiosas e sociedade civil, em torno do objetivo comum de desenvolver as comunidades de forma sustentável.

Este trabalho contribuiu para a sistematização do conhecimento, assim como para despertar nas empresas, universidades e outros setores sociais a importância de que ao se articularem juntos na mesma proposta de trabalho, podem promover o desenvolvimento econômico e social.

7 BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Alexandre Guerra de Araújo et al. **Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnóstico e Perspectivas**. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2004.

<<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/02livreto.pdf>>. Acesso em 31 maio 2005.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

<http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/microcredito_1014.asp>. Acesso em: 17 maio 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEREGE Luiz Carlos. **O social é capital**. Valor econômico, São Paulo, 12 mar.2005.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: Saiba o que é um banco do povo**. Brasília: AED, 2002.

PROFI. Brasília : Universidade Corporativa Banco do Brasil, ano VIII, n. 30, jan. 2005.

SILVA, Jose Pereira de. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2004.